

**HABEAS CORPUS Nº 464.011 - RS (2018/0205128-6)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - RS032676**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PACIENTE : ANDRE SILVA DOS SANTOS**

**DECISÃO**

**ANDRÉ SILVA DOS SANTOS** alega sofrer coação ilegal no seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul** na Apelação Criminal n. 70077014322.

Consta dos autos que o Juiz de primeiro grau absolveu o réu sumariamente, com fundamento no art. 395, II, do CPP, nos seguintes termos (fl. 88, grifei):

Aberta a audiência, compareceram o Ministério Público, a Defensoria Pública, ausente o réu, preso por processo diverso, que não foi escoltado pela SUSEPE. Pela MM. Juíza de Direito foi dito que a vítima que, presente mediante condução, informa que é bastante ocupado, já a terceira audiência frustrada pela ausência de condução do réu, não concordando a Defesa com a oitiva do ofendido neste ato sem prévia conversa corri o acusado, restando assim impositiva a imediata absolvição sumária do réu, com amparo no art. 395, III do CPP **por ausência completa de provas judicializadas dos fatos a ele imputados, não havendo nenhuma razoabilidade em obrigar a vítima a retornar incontáveis vezes a este Poder Judiciário quando por causas alheias, a completa inoperância e falência do sistema prisional, o réu pela terceira vez não é apresentado.** Então, a pedido da vítima, acolho a **desistência de sua oitiva e absolvo sumariamente o acusado por falta de provas dos fatos a ele imputados.** Presentes intimados. Nada mais.

Irresignado, o *Parquet* estadual recorreu e o Tribunal de origem deu provimento ao recurso ministerial em acórdão assim ementado (fls. 120-121, destaquei):

APELAÇÃO CRIMINAL. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. NULIDADE DA SENTENÇA QUE ACOLHEU O PEDIDO DA VÍTIMA E DESISTIU DE SUA OITIVA, BEM AINDA ABSOLVEU SUMARIAMENTE O RÉU. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL POR CERCEAMENTO DE ACUSAÇÃO.

**Caso em que a Magistrada singular, em face do não comparecimento do réu à audiência de instrução e julgamento, porquanto não conduzido pela SUSEPE pela terceira vez consecutiva, acolheu o pedido da vítima e desistiu de sua oitiva - sem a concordância do Ministério Público, titular da ação penal, ressalte-se, pública incondicionada, em se tratando de crime de furto. Situação em que o juiz negou ao Parquet, que é o *dominus litis* da ação penal pública por competência constitucional, a possibilidade de produzir prova imprescindível ao deslinde do feito, pois que inclusive foi o réu absolvido sumariamente na mesma ocasião, em face da ausência de provas a fim de embasar a condenação. Ademais, é de ser considerado que a vítima não pode negar-se a comparecer em juízo, inclusive sob pena de ser conduzida, conforme prevê o art. 201, § do Código de Processo Penal<sup>1</sup>,**

**Inviável, também, a absolvição sumária do réu porquanto configurada, *in casu*, a preclusão *pro judicato*.**

Tendo o magistrado, após a citação do réu e recebimento da resposta à acusação, proferido decisão em que após análise do Art. 397 do Código de Processo Penal, constatou a ausência das causas de absolvição sumária, razão pela qual determinou o prosseguimento da ação penal, descabido que, posteriormente, venha a absolver sumariamente o réu. **Assim, é de ser declarada nula a sentença proferida em audiência de instrução e julgamento, de molde a que seja esta realizada com a oitiva da ofendida, prosseguindo-se os demais termos até a sentença final. APELAÇÃO PROVIDA.SENTENÇA DESCONSTITUÍDA.**

No presente *writ* o paciente alega sofrer constrangimento ilegal sob o seguinte argumento (fl. 3):

[...] não logrou acusação arrolar testemunhas suficientes para possibilitar que a ação penal tenha sucesso, posto que apenas a vítima deveria prestar depoimento, sendo que esta já se manifestou no sentido de que não tem interesse em colaborar para instruir o feito, ainda que seja conduzida para prestar depoimento.

Requer a defesa que o trancamento da ação penal pela ausência de justa causa.

A liminar foi indeferida às fls. 140-141; o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do habeas corpus e, caso conhecido, pela denegação da ordem (fls. 196-199).

**Decido.**

Sem reparos o acórdão impugnado.

*In casu*, os autos tratam do crime de furto e, portanto, a ação penal é pública incondicionada, cujo *dominus litis* é o Ministério Público.

A desistência da vítima de ser ouvida em juízo não pode acarretar a absolvição sumária do paciente, pois ao *Parquet* tem de ser dada a oportunidade de produzir provas para o esclarecimento dos fatos.

Ademais, o Magistrado *a quo* recebeu a denúncia e, após a juntada da resposta à acusação, **deu prosseguimento ao feito por entender não ser o caso de absolvição sumária**, conforme documento à fl. 60 (grifei):

Vistos.

Ciente da resposta à acusação apresentada, analisando os autos, tenho que **não seja caso de rejeição da denúncia, nem de absolvição sumária** (art. 397 do Código de Processo Penal), porque as condutas descritas na exordial acusatória são típicas e porque, num juízo de cognição sumária; há nos autos indícios da prática daquele crime, a justificar a instauração da ação penal.

Outrossim, em face desta Vara, encontrar-se em regime de substituição, aguarde-se, em cartório, o titular para

designação de audiência de instrução.

Intimem-se.

Dessa forma, não poderia o magistrado, em momento posterior, absolver o réu sumariamente por caracterizar preclusão *pro judicato*, conforme consignado no acórdão objurgado.

Ademais, no que concerne à desistência da vítima de depor em juízo, o próprio CPP **prevê a possibilidade de condução coercitiva nesta fase judicial**, desde que observados todos os direitos e as garantias inerentes a esse ato processual:

Art. 201. Sempre que possível, o ofendido será qualificado e perguntado sobre as circunstâncias da infração, quem seja ou presuma ser o seu autor, as provas que possa indicar, tomando-se por termo as suas declarações.

§1º Se, intimado para esse fim, deixar de comparecer sem motivo justo, o ofendido poderá ser conduzido à presença da autoridade.

Mesmo que a ofendida não tenha mais interesse em processar criminalmente o réu, devido à ação penal ser pública incondicionada, nos casos de furto, tal argumento se esvazia.

Dessa forma, não há constrangimento ilegal a ser sanado.

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **denego a ordem**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator